

## **Aluno grava discussão com professor e ganha indenização de R\$ 12 mil**

(19.07.10)

Sentença proferida na 6ª Vara Cível de Brasília (DF) condenou, na última semana, o Centro Educacional Fortium Editora e Treinamento Ltda. a pagar indenização de R\$ 12 mil ao ex-aluno Ricardo de Oliveira Barbosa. Ele se matriculou em curso preparatório para um concurso do TST, pagando R\$ 1.200,00 para um período de dois meses de curso

Um dos professores, e sócio da empresa, Claudio Farág agrediu verbalmente o estudante, depois de ele ter liderado um abaixo-assinado contra a superlotação das salas de aula.

Revoltado com as reclamações, o professor interrompeu uma aula dizendo que "havia rasgado o abaixo-assinado". O aluno, então, rebateu dizendo que o professor "estava interessado apenas em lucro".

Segundo revelam os autos processuais, "o professor ficou irritado e constrangeu o aluno diante da turma, quase chegando a agredi-lo fisicamente". A discussão entre eles foi gravada pelo aluno, que, depois de ser expulso, ingressou com uma ação de reparação por danos morais, pedindo R\$ 200 mil de indenização.

Na contestação - pretendendo justificar a reação de seu preposto - o Centro Fortium afirmou que "o estudante disse que o professor não servia para ensinar". A ré ingressou com reconvenção (que, afinal, foi improcedente), pedindo indenização de R\$ 20 mil e afirmando que "a instituição tem plenas condições estruturais de oferecer o cursinho".

Por fim, a empresa demandada argumentou que "o fato de o episódio ter sido gravado demonstra que o autor agiu de forma premeditada". A Fortium também pediu que o autor fosse condenado a indenizá-la em R\$ 20 mil por danos morais.

Na sentença, a juíza Grace Correa Pereira considerou o valor alto demais, estipulando-o em R\$ 12 mil. A magistrada aplicou o Código de Defesa do Consumidor e referiu que "a empresa prestadora de serviços responde pela integridade física e moral dos seus discentes".

A sentença transcreve um trecho da gravação, com a fala do professor: "Sai do curso! Eu dei esporro no senhor! Tá ofendido, dá o fora! Eu tô falando que tem gente que tá vindo aqui pra poder fazer como o senhor fez, jogando baixo. O senhor não é mais do que eu não! O senhor sai do meu curso. Sai agora...sai agora. Eu vou cancelar sua matrícula. Então o senhor não sabe o que ta falando. O senhor é um moleque! Pede desculpa, mesmo! Pede desculpa. Pede desculpa. Dez vezes".

A juíza analisa que "tal era a temperatura da discussão que vozes no áudio indicam que o incidente estava em vias de chegar às vias de fato, pois alunos começaram a anunciar 'porrada' e, na confusão, é clara a fala de alguém chamando por Fárág, Fárág, o que dá verossimilhança a alegação do autor de que, se não fosse a intervenção de uma aluna e do professor que ministrava a aula, o professor Farág tê-lo-ia agredido fisicamente".

A Fortium pode recorrer da decisão. O grupo educacional brasiliense tem três unidades na capital federal e, além de preparar alunos para o Exame de Ordem. Ela também oferece cursos de graduação e pós-graduação em estudos jurídicos.

O advogado Rafael Augusto Braga de Brito atua em nome do autor da ação. (Proc. nº 54122-8 - com informações do TJ-DFT e da redação do Espaço Vital).

### **Contraponto**

A empresa não respondeu a um e-mail enviado pelo Espaço Vital, pedindo que apresentasse sua manifestação.

## **Estudante da melhor escola do Enem 2009 paga mensalidade 6% mais alta que custo anual de aluno da rede pública**

Ana Okada - Em São Paulo - 19/07/2010 - 00h01

Alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio Vértice, em São Paulo, tiveram a maior média de notas no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2009. Por mês, eles pagam mensalidade de R\$ 2.756.

Em escolas públicas, segundo dados do MEC (Ministério da Educação), o custo anual do estudante da educação básica é de cerca de R\$ 2.600. Esse valor corresponde ao gasto público total por aluno -- ou seja é a soma do investimento das três esferas públicas (municipal, estadual e federal). Também incluir verba de merenda e livro didático, além das despesas com salário de professores.

Localizada em São Paulo, a melhor do país tirou 749,70. A melhor escola pública no Enem 2009 obteve 734,66. Foi o Coluni, Colégio de Aplicação da UFV (Universidade Federal de Viçosa), em Viçosa, interior de Minas Gerais.

Nos últimos anos, o Vértice esteve sempre entre os colégios mais bem colocados no índice. "Para nós, não deixa de ser um prêmio, mas não vamos transformar isso numa fobia [de perder o primeiro lugar], porque não tem sentido. Isso é uma consequência natural do trabalho feito no dia a dia", diz Adilson Garcia, um dos diretores do colégio.

Para ele, o resultado se deve à proposta pedagógica da instituição, que valoriza a "criação do hábito de estudos". "Trabalhamos de forma que o aluno comece a estudar regularmente. Nosso aluno não é aquele que só vai tentar aprender para fazer a prova bimestral", diz.

Outro fator que Garcia aponta como decisivo para o bom desempenho são as avaliações: "Temos avaliações semanais, bimestrais e também contam notas de seminários e projetos, além de uma nota quantitativa, que vai de 0 a 10, e uma nota qualitativa, que é a atribuição do professor para a participação do aluno", explica.

### **Vestibular**

O programa do ensino médio do colégio é dividido de forma a concentrar a maioria do conteúdo a ser dado entre o 1º e o 2º ano. No 3º ano também há matérias "novas", que são alternadas com a revisão de todo o conteúdo visto nesta etapa. Há simulados para o vestibular desde o primeiro ano. O último ano do ensino médio é dado em período integral.

A nota mínima para ser aprovado no Vértice é 6. Caso o estudante não vá bem, há recuperação paralela, plantões de dúvidas, aulas de reforço e, ainda, uma recuperação final. O diretor diz, no entanto, que o colégio não trabalha só com uma "elite intelectual" porque não cobra avaliação na entrada dos novos alunos. "Nunca foi nossa intenção trabalhar só com uma elite intelectual, temos alunos com todo tipo de desempenho, achamos essa convivência mais rica", diz.

Ao final do 3º ano, o diretor afirma que todos entram na faculdade --nem todos em universidades públicas. No entanto, ressalva: "Nosso porcentual para carreiras concorridas é excelente, entre 30 e 40% entram sem cursinho", diz.

### **Concorrência**

O colégio tem uma lista de espera para alunos, com concorrência de aproximadamente 8 por vaga. "Se quiséssemos, poderíamos abrir outra escola e meia, é um problema que toda escola gostaria de ter", diz Garcia.

Atualmente, a escola tem 900 alunos, sendo 64 no ensino médio, que é dividido em duas turmas. A mensalidade para o 1º ano do ensino fundamental é de R\$ 1.330; a do 9º, R\$ 1.914; e a dos 1º e 2º anos do ensino médio é R\$ 2.253.

<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/07/19/melhor-escola-do-enem-tem-mensalidade-6-mais-cara-do-que-custo-de-aluno-por-ano-em-escola-publica.jhtm>

**Escolas demais, engenheiros de menos**

20 de julho de 2010 | 0h 00

José Roberto Cardoso - O Estado de S.Paulo

Em novembro de 2009 o Estado estampou a matéria Ministério espera dobrar a oferta em 6 a 8 anos, em que o Ministério da Educação (MEC) apontava incentivos à criação de novos cursos de Engenharia para suprir a necessidade de mais engenheiros. Dentre as razões apresentadas, citava que a excessiva quantidade de denominações dos cursos de Engenharia limita a expansão da área!

De fato, temos um exagero de denominações nos cursos, mas nem de longe essa é a razão de tal limitação. O causa principal do excesso de denominações dos cursos, fruto da tendência especialista praticada pelas escolas de Engenharia na década de 1970, foi prejudicar sobremaneira a mobilidade de nossos formandos nesse campo. Não tem sentido atribuir nomes a cursos que o próprio setor produtivo não conhece, mais ainda, que os próprios alunos do ensino médio não têm a mínima ideia do seu significado. Várias especialidades foram criadas para acomodar divergências internas nas universidades públicas e/ou para atrair novos alunos com denominações de cursos ilusórias, oriundas mais de ações de marketing do que da real necessidade da Nação. Não são poucos os estudantes que tiveram sua contratação cancelada simplesmente pelo fato de que o nome de seu curso não coincidia com o nome colocado no edital, apesar de sua especialidade ser uma ênfase da modalidade exigida.

A Europa já resolveu essa questão via tratado de Bolonha, que limitou em 14 as denominações dos cursos europeus; na América do Sul, a Argentina já fez a sua lição de casa, reduzindo-as a 22. No Brasil a discussão é intensa e estamos longe de chegar a bom termo, pois são grandes as reações contrárias à proposta. Esquecem os dirigentes que os benefícios oriundos dessa redução para os estudantes serão sensíveis, sobretudo quanto à facilidade decorrente das mudanças de rumo de sua carreira e à expansão do leque de opções pós-formatura, além de possibilitar uma revisão em nossos cursos no sentido de levá-los a um conceito mais generalista, como parece ser a tendência atual em todo o planeta.

Com relação aos números, o Brasil apresenta quase 1.500 cursos de Engenharia, que oferecem aproximadamente 150 mil vagas por ano. Apesar de tal oferta generosa, temos apenas 300 mil estudantes nessa área (deveríamos ter 750 mil!) e apenas 30 mil se formam anualmente. A realidade é que a evasão nos cursos de Engenharia é vergonhosa, tudo isso sem contar que recentes avaliações apontam que apenas um quarto desse contingente tem nível de formação considerado satisfatório.

Por essas razões, podemos concluir que não estamos com déficit em número de cursos, mas o rendimento de nossas escolas de Engenharia é muito baixo. As universidades públicas paulistas, estas, sim, poderiam fazer um esforço adicional para aumentar suas vagas nas Engenharias ? há espaço para isso, pois nessas instituições de ensino superior apenas cerca de 25% de suas vagas são destinadas às carreiras tecnológicas, o que mostra um desequilíbrio em relação às demais carreiras.

Levantamentos indicam também que mais de 50% de nossos estudantes abandonam o curso ao final do segundo ano por não conseguirem acompanhá-lo, seja pela dificuldade inerente à formação ou por questões financeiras, visto que o curso de Engenharia é caro, entre outros motivos, pela exigência de laboratórios especializados, que precisam de contínua renovação.

O MEC, por sua vez, precisa encontrar uma solução para mitigar esse baixo rendimento, que ocorre apenas nas carreiras tecnológicas. Já apontamos em outros artigos que uma das razões está ligada à pouca importância que o ensino médio dá às matérias de Física, Química e Matemática, vetores de incentivo à carreira tecnológica. Adicionalmente, o País apresenta um déficit de mais de 150 mil professores dessas matérias, de modo que temos mais de 150 mil profissionais que ministram Física, Química e Matemática sem formação na área, que transformam essas três disciplinas num "bicho de sete cabeças" que afasta os nossos jovens das carreiras tecnológicas, sobretudo da Engenharia. Já foi apontado também que a baixa carga horária de Física, Química e Matemática no ensino médio é outra questão que precisa ser revista, pois, se o País pretende atingir um patamar de desenvolvimento superior, suportado por uma tecnologia própria e de alto

nível, apenas uma formação sólida nessas disciplinas garantirá a segurança que buscamos no futuro, senão continuaremos fadados a ser apenas exportadores de commodities, e não de produtos manufaturados. Acontece, no entanto, que as ações para resolver essas questões levarão algumas décadas, mesmo que as atitudes corretivas sejam tomadas de imediato. Apesar de algumas décadas serem um tempo muito curto para uma Nação, são, no entanto, demasiado longo para a Engenharia nacional, de modo que precisamos de ações emergenciais, dado o volume de investimentos projetados para os próximos anos.

Dentre essas ações, julgamos que um plano de acompanhamento dos estudantes dos primeiros anos das Engenharias seja fundamental. As escolas investem recursos e esforços substanciais para atraí-los, mas não para mantê-los. O governo, considerando a dificuldade do momento, pode injetar recursos nas escolas de Engenharia para atualização de laboratórios, revisão de estruturas curriculares, atualização da base de T, I & C para acelerar o processo de ensino e aprendizagem e garantir uma boa formação. Quanto aos professores, devem entender que a Engenharia mudou. Está mais centrada na gestão do que no projeto, de modo que a estrutura curricular deve contemplar esta evolução sentida pela nossa profissão.

DIRETOR DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP, É COORDENADOR DO CONSELHO TECNOLÓGICO DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100720/not\\_imp583540,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100720/not_imp583540,0.php)

## **O mestre na sombra**

ANNA VERONICA MAUTNER - [amautner@uol.com.br](mailto:amautner@uol.com.br)

EXISTE UMA certa unanimidade sobre a importância do estado de ânimo e da personalidade do professor na facilitação do processo de aprendizagem na sala de aula.

Creio que todos concordam com a ideia de que a atividade do professor precisa ser bem paga. Claro. Parece existir, também, uma correlação clara entre salário e eficiência. Tem sido dado grande destaque à questão salarial, mas isso não parece ser suficiente.

Além do salário, o reconhecimento da pessoa do mestre por parte da comunidade é muito importante. Se ele sair da sombra, se for conhecido, isso alavancará a sua autoestima, sem a qual o entusiasmo inexistente. Vivemos em uma época em que todo mundo -professor inclusive- gostaria de sair da sombra e do anonimato, pelo menos entre seus pares.

Professor é a profissão onde o entusiasmo é indispensável. A fé na importância da tarefa que ele desempenha depende de reconhecimento e de uma certa notoriedade, talvez mais do que entre outros profissionais.

O mestre precisa do olhar de apreciação, não só de seus alunos. Isto é, precisa ser aceito, mas depende disso a aceitação de sua mensagem.

Há muitas décadas, o professor era muito importante. Ser reconhecido e cumprimentado por um alimentava a vaidade da pessoa. Valia a pena conhecer professores.

A velha imagem da maçã na mesa do professor desapareceu. Ele já não é mais tão homenageado como antes.

Uma ou outra família ainda se esforça para agradá-lo. Será ainda uma honra receber uma visita de professor? É uma honra ele aparecer em um aniversário?

A minha proposta é que se anexem aos programas de valorização do professor projetos de especialistas em construção de imagem, marketing pessoal - por que não?

Esses especialistas poderão tirar os mestres da sombra. Só a título de exemplo: poderíamos criar concursos de redação, de poesia, realizar passeios e excursões, congressos municipais ou regionais, tudo com alta visibilidade, repercussão na mídia.

A ideia é tirar o professor de um lugar que ficou pequeno e redimensioná-lo como alguém que se diverte, que troca informações e compartilha conhecimento. Saberemos, assim, quem são, e eles se sentirão acompanhados.

A condição do professor é muito especial: tem que despertar curiosidade, entusiasmo, fé, não só no conteúdo mas também na forma de aplicar o conteúdo.

O magistério bem visto e admirado até facilitaria às autoridades conceder aumentos salariais.

A profissão de ensinar depende do sorriso de satisfação do professor. Hoje, no século 21, ser reconhecido é ser visto, é ser notado. Um professor do ensino fundamental é o menos valorizado pela mídia e, conseqüentemente, pela sociedade.

Gostaria de ver eventos de professores na TV, justamente aqueles que são tão criticados como responsáveis -os "que não dão conta".

Vamos mostrar que nós os apreciamos. Ser professor do ensino fundamental não é apenas ensinar a ler, contar e escrever. O professor fica sozinho com a tarefa de ensinar a fazer "benfeito". É com ele que aprendemos ordem, aplicação e capricho. O professor é um modelo de "fazer".

Hoje, sem nota de ordem, sem nota de aplicação, tendo por modelo professores anônimos sem história, como podem eles gerar cidadãos eficientes? É na primeira infância que se aprende a fazer.

Além de reunião de pais com mestres, precisamos de mestres reconhecidos, para que possam fazer parte da história dos meus netos, como os meus professores fazem parte da minha história.

## A punição sem educação

- Por: Wilmar Marçal

Em outras épocas, quando educar era construir cidadania, a falha, o erro e as atitudes erradas, especialmente numa criança, eram corrigidas com a punição da palmada. O tempo passou, a população aumentou e os costumes mudaram. E como mudaram! Porém, cada pai e cada mãe sabem muito bem educar seus filhos. O estado não precisa interferir, exceto em situações onde as crianças correm riscos. Mas isso são outros quinhentos, como diziam nossos queridos antepassados.

O foco atualmente é debater outra situação, muito comum nas cidades hoje em dia, sobretudo nas grandes cidades, como é, por exemplo, o caso de Curitiba e região metropolitana. É preciso discutir e encontrar melhores soluções para uma situação muitas vezes injusta: a indústria das multas de trânsito. O que se percebe nos dias atuais é uma voraz intenção premeditada de punir, punir e punir. Porém punir com a força da arrecadação. Há centenas de radares na capital paranaense com o propósito evidente de arrecadar. Isso mesmo: arrecadar. Nada de educativo. Os “entendidos” em sistema viário só enxergam os ponteiros das cifras. Não são capazes de aceitar que há situações de risco, onde muitas vezes se acelera para fugir de perigos e assaltos. Não propagam campanhas educativas em localidades vulneráveis. Não divulgam ações que possam envolver as comunidades em mutirões de aprendizado. Só querem as faturas pagas e o dinheiro em caixa. Os “especialistas” do trânsito, muitas vezes com canetas pesadas, mas nenhuma experiência técnica, só elaboram as planilhas das previsões de arrecadação. Nada de prevenção. Esquecem ou fingem que não sabem que a cidade cresceu, o número de veículos muito mais ainda e que a geometria das ruas e avenidas são as mesmas. É um fluxo exagerado em locais estáticos. Não há milagres. Faltam consciência e paciência de nossos gestores. Acham que punir com multas vai melhorar a educação no trânsito. Ora, ledô engano. O próprio nome já diz: educação significa educar com ação. Enquanto tivermos as intenções obscuras das vultosas quantias nos cofres, originadas pelas incontáveis multas, sobretudo em épocas de eleições, não teremos sucesso em melhorias. Se ainda persistir essa demanda maldita de recolher, vamos reagir e também formar um mutirão do esclarecimento. Vamos recolher também. Recolher informações tais como: para onde vai todo esse dinheiro originado das multas? É bem possível que uma auditoria séria nas arrecadações e circunstâncias que as mesmas são elaboradas possam responder a essa e tantas outras perguntas e dúvidas. A população deve se unir sim, cobrar dos representantes o destino dessa sangrenta e contundente mania de punir pelo bolso. Educação e bom-senso são fundamentais e nós gostamos. Honestidade com o dinheiro público, mais ainda.

\* Wilmar Marçal é professor universitário e ex-reitor da UEL./Pr.

[wilmar\\_pr2010@hotmail.com](mailto:wilmar_pr2010@hotmail.com)